

Estado da publicação: O preprint foi submetido para publicação em um periódico

DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A SUBJETIVIDADE SOCIAL EM FOCO

Natália Neiva, Daniel Goulart

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11395>

Submetido em: 2025-02-28

Postado em: 2025-03-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o endosso de:

Norma da Luz Ferrarini (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8260-1798>)

DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A SUBJETIVIDADE SOCIAL EM FOCO

NATÁLIA NEIVA¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1883-1983>
natalianeivapsi@gmail.com

DANIEL MAGALHÃES GOULART²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0254-0137>
daniel.goulart@unb.br

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília. Brasília, DF, Brasil. Psicóloga e Bacharela em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB).

² Professor Adjunto da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Doutor em Educação pela Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

RESUMO: Este artigo é baseado nos resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi compreender os processos subjetivos sociais relacionados às dissidências de gênero e sexualidade no contexto universitário atual. Tendo como referencial a Teoria da Subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural, partimos de críticas aos processos de normatização, patologização e fragmentação dos processos humanos, a fim de visibilizar de forma complexa os desafios e as possibilidades que emergem na vivência universitária da população sexo-gênero-diversa. Para atingir tais objetivos, a pesquisa foi desenvolvida a partir da Metodologia Construtivo-Interpretativa, apoiada nos princípios da Epistemologia Qualitativa, que concebe a produção de conhecimento enquanto um processo dialógico e construtivo-interpretativo, orientado à legitimação da singularidade como fonte de sua produção. O trabalho de campo foi desenvolvido ao longo de 15 meses, por meio da construção de ações dialógicas em parceria com diferentes grupos de uma universidade pública em Brasília, Brasil. Os resultados apontam para tensionamentos entre a configuração de práticas cisheteronormativas, que se articulam a diversas formas de fragilização da população sexo-gênero-diversa, e a configuração de mudanças subjetivas orientadas ao desenvolvimento subjetivo dessa população. A pesquisa visibiliza a importância da constituição de ações e relações educativas que expressem qualidades dialógicas orientadas a emergência de agentes e sujeitos em diferentes contextos da universidade. Essas práticas educativas contribuem para o tensionamento de configurações subjetivas sociais dominantes, ao mobilizar mudanças subjetivas sociais alternativas às cristalizações cisheteronormativas. Nesse sentido, favorece-se a abertura de caminhos de desenvolvimento subjetivo da população sexo-gênero-diversa.

Palavras-chave: subjetividade social, educação, dissidências de gênero e sexualidade, cisheteronormatividade.

GENDER AND SEXUALITY DISSIDENCES IN THE UNIVERSITY CONTEXT: SOCIAL SUBJECTIVITY UNDER FOCUS

ABSTRACT: This article is based on the results of a study whose aim was to understand the subjective social processes related to gender and sexuality dissidence in the current university context. Supported by the framework of the Theory of Subjectivity from a cultural-historical perspective, we start with a critique of normalization, pathologization and the fragmentation of human processes in order to show in a complex way the challenges and possibilities that emerge in the university experience of the sex-gender-diverse population. The research was developed using the Constructive-Interpretative Methodology, based on the principles of Qualitative Epistemology, which considers the production of knowledge as a dialogical and constructive-interpretive process, oriented towards legitimizing singularity as its source of production. The fieldwork was carried out over 15 months, through the construction of

dialogic actions in partnership with different groups at a public university in Brasília, Brazil. The results point to tensions between the configuration of cisheteronormative practices, which are linked to various forms of weakening of this population, and the configuration of subjective changes oriented towards the subjective development of this community. The research highlights the importance of creating educational actions and relationships that express dialogical qualities aimed at the emergence of agents and subjects in different university contexts. These educational practices contribute to the tensioning of dominant social subjective configurations, by mobilizing social subjective changes that are alternatives to cisheteronormative crystallizations. It favors the opening up of pathways towards the subjective development of the sex-gender-diverse population.

Keywords: social subjectivity, education, gender and sexuality dissidences, cisheteronormativity.

DISIDENCIAS DE GÉNERO Y SEXUALIDAD EN EL CONTEXTO UNIVERSITARIO: LA SUBJETIVIDAD SOCIAL EN FOCO

RESUMEN: Este artículo se fundamenta en los resultados de una investigación que pretende comprender los procesos subjetivos sociales relacionados con las disidencias de género y sexualidad en el contexto universitario actual. Desde la base de la Teoría de la Subjetividad, en una perspectiva histórico-cultural, partimos de la crítica a los procesos de normalización, patologización y fragmentación de los procesos humanos, para ofrecer una mirada compleja a los desafíos y posibilidades que emergen en la experiencia universitaria de la población sexo-género-diversa. La investigación se desarrolló utilizando la Metodología Constructiva-Interpretativa, basada en los principios de la Epistemología Cualitativa, que concibe la producción de conocimiento como un proceso dialógico y constructivo-interpretativo, orientado a legitimar la singularidad como fuente de su producción. El trabajo de campo se realizó a lo largo de 15 meses, mediante la construcción de acciones dialógicas en colaboración con diferentes grupos de una universidad pública en Brasília, Brasil. Los resultados señalan tensiones entre la configuración de prácticas cisheteronormativas, vinculadas a diversas formas de fragilización de esta población, y la configuración de cambios subjetivos orientados al desarrollo subjetivo. La investigación destaca la importancia de la construcción de acciones y relaciones educativas que expresen cualidades dialógicas orientadas a la emergencia de agentes y sujetos en diferentes contextos universitarios. Estas prácticas educativas permiten tensionar las configuraciones subjetivas sociales dominantes, movilizandocambios subjetivos sociales alternativos a las cristalizaciones cisheteronormativas. En este sentido, favorece la apertura de caminos para el desarrollo subjetivo de la población sexo-género-diversa.

Palabras clave: subjetividad social, educación, disidencias de género y sexualidade, cisheteronormatividad.

INTRODUÇÃO

Este artigo debruça-se sobre resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi compreender os processos subjetivos sociais relacionados às dissidências de gênero e sexualidade no contexto universitário atual. Tendo como base a Teoria da Subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural (González Rey, 2019a; 2021; 2022), partimos de críticas aos processos de normatização, patologização e fragmentação dos processos humanos, a fim de avançar na compreensão da complexidade por meio da qual os processos relacionados às dissidências de gênero e sexualidade são vivenciados no contexto universitário. Com isso, buscamos gerar inteligibilidade sobre processos que podem estar na base de ações educativas que favoreçam a qualidade da vivência universitária da população sexo-gênero-diversa.

Essa pesquisa surgiu no campo da educação, inspirada pelo pensamento de bell hooks (2017; 2020; 2021), que vê na educação uma ferramenta poderosa de libertação e transformação social, desde que comprometida com a construção coletiva de um mundo mais justo e democrático. A autora nos apresenta a potência da educação como um ato político, no qual o ensino não é voltado apenas para a transmissão de conhecimentos, mas para desafiar as estruturas de poder existentes, promovendo o

engajamento e o pensamento crítico de toda comunidade educativa. Em explícita afinidade com Paulo Freire, a educação deve promover espaços que possam nos encorajar a questionar as normas sociais e culturais que perpetuam opressões. Nesse sentido, deve ser um espaço onde as singularidades e a justiça social possam ser cultivadas, formando indivíduos que não apenas compreendam as desigualdades, mas que também estejam engajados em combatê-las (hooks, 2017; 2020; 2021; Freire, 2014; 2020a; 2020b).

Inspirada por essa concepção de educação e pelas lutas feministas, dos movimentos LGBT's e antirracistas – sem as quais muitos de nós não poderíamos sequer frequentar universidades – nossa pesquisa se propõe a visibilizar de forma complexa os desafios e as possibilidades que emergem na vivência da população sexo-gênero-diversa na Universidade de Brasília (UnB), tendo como foco a ação de coletivos universitários que buscam tensionar sistemas¹ de dominação que produzem desigualdades e violências. Em nossa própria trajetória universitária, estes têm sido alguns dos espaços em que mais temos sentido a força da educação como prática da liberdade.

Embora as universidades públicas brasileiras tenham se desenvolvido historicamente por meio de movimentos voltados ao enfrentamento de opressões e desigualdades sociais, o cotidiano dessas instituições ainda é marcado por contradições e desafios que impactam diretamente a vivência da população sexo-gênero-diversa. Diante disso, a construção de práticas educativas orientadas a favorecer alternativas a esses desafios torna-se ainda mais urgente, especialmente em um contexto de ascensão de movimentos que articulam uma ofensiva reacionária antigênero em âmbito mundial (Junqueira, 2017; 2018; Penna, 2017; Prado; Corrêa, 2018).

A DIMENSÃO SUBJETIVA DAS DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NA UNIVERSIDADE

A cisheteronormatividade em foco

Para além de buscar a integração de pessoas LGBTQIA+ nos sistemas normativos dominantes, a pesquisa que fundamenta este artigo foi inspirada nas estratégias do movimento queer. Esse movimento foca suas políticas na diferença, a partir de ações que visam problematizar e desestabilizar os processos normativos histórico-culturais que produzem práticas regulatórias e categorizantes, marcadas pela inferiorização e pela desumanização de pessoas que expressam dissidências às normativas hegemônicas de gênero e sexualidade (Cohen, 1997; Butler, 2019; Pelúcio, 2014). Assim, os estudos queer têm se dedicado a desnaturalizar os sistemas que produzem hierarquizações e sustentam práticas normativas de opressão, desafiando o poder normalizador que os sustenta (Butler, 2003; Fausto-Sterling, 2000; Connell, 1987). Esse poder se manifesta por meio de normas que definem o que é considerado "normal" nas vivências humanas, instituindo a cisgeneridade e a heterossexualidade como padrões de normalidade, a partir da produção de práticas que patologizam e marginalizam pessoas que expressam dissidências (Warner, 1993; Rich, 2012 ; Stryker, 2008).

Para que a heterossexualidade e a cisgeneridade se constituam hegemonicamente enquanto “verdades naturais” é necessária a institucionalização de um sistema normativo que restrinja outros tipos de expressões de gênero e sexualidade. Neste artigo, esse sistema normativo configurado nas mais diversas instituições sociais é chamado de cisheteronormatividade (Vergueiro; 2015, Mattos; Cidade, 2016). Tal sistema promove a imposição de padrões de corpos e vivências baseados na cisgeneridade e na heterossexualidade, tratando essas experiências como as únicas naturais e desejáveis para um ser humano “normal”.

Essa institucionalização tem suas raízes na concepção de ciência moderna racionalista que trata o conhecimento científico enquanto uma verdade, a partir de concepções de neutralidade e universalidade da ciência. A partir dessas concepções, as universidades assumiram a capacidade de, por meio de seu “discurso científico”, legitimar e deslegitimar inúmeras práticas e vivências (Santos, 2002). Acessada historicamente por uma pequena elite social, as universidades se constituíram majoritariamente como espaços estratégicos para a consolidação de um modelo único de sociedade que sustenta e constrói

¹ O uso da grafia “sistema” será observado ao longo do texto como uma crítica ao sistema cisnormativo de gênero que institucionaliza a naturalização da cisgeneridade, produzindo diferentes práticas de patologização da diversidade sexual e de gênero (Vergueiro, 2015).

diversas relações de poder (Cruz et al, 2010). Nesse contexto, foram produzidas concepções científicas pautadas na crença do dimorfismo sexual, na qual existiriam dois sexos naturais, que de maneira automática e correspondente, seriam traduzidos em dois gêneros complementares e em modalidades de desejo, necessariamente, heterossexuais, fundando uma sequência linear normativa: sexo-gênero-desejo/sexualidade (Cohen, 1997; Butler, 2003). Essa crença normatiza uma matriz rígida na qual o sexo define o gênero, e o gênero define o desejo/sexualidade, de maneira pré-discursiva, binária e estática.

Antes mesmo do nascimento da pessoa, o sexo é instituído a partir de definições biológicas que decorrem da interpretação dada à anatomia daquele corpo, que se dotado de “normalidade”, será identificado a partir de apenas duas possibilidades: pênis/homem ou vulva/mulher. A partir dessa determinação binária e pré-discursiva do sexo, identifica-se o gênero “correspondente” ao sexo que lhe foi designado, definindo um padrão de masculinidade para os corpos identificados enquanto homens, e um padrão de feminilidade para os corpos identificados enquanto mulheres (Vergueiro; 2015). Do gênero designado, decorre-se uma única forma de desejo/sexualidade possível: a orientada para o gênero oposto (heterossexualidade compulsória) (Rich, 2012). Assim, sustenta-se um processo de naturalização da cisgeneridade e da heterossexualidade como categorias universais e imutáveis (Butler, 2019).

Nesse sentido, a cisgeneridade e a heterossexualidade são constituídas a partir da noção de uma divisão morfológica rígida e imutável entre sexo e gênero, tornando-se categorias que se referem às pessoas que expressam seu gênero e sua sexualidade em conformidade com a normativa (Jesus, Alves; 2012). Dentro desse sistema, as dissidências — expressões de gênero e sexualidade que desafiam a norma — são vistas como ininteligíveis, defeituosas e inválidas (Butler, 2003, 2019; Colling, Nogueira, 2015).

Historicamente, as dissidências foram patologizadas pelo saber médico desde o final do século XIX, sendo classificadas como desvios sexuais (Krafft-Ebing, 1886). Na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS, 1990), a homossexualidade foi incluída como uma patologia até sua 10ª versão, quando foi finalmente despatologizada. Por outro lado, apenas em 2019, a OMS (2019) oficializou a retirada da classificação da transexualidade como um transtorno mental na 11ª versão da CID, passando a ser categorizada como uma "incongruência de gênero" sob o grupo de "condições relacionadas à saúde sexual". Ou seja, embora tenha deixado de ser considerada um transtorno mental, a transexualidade ainda é marcada pela patologização no discurso médico-científico, por meio de uma noção que expressa uma compreensão cisnormativa.

A cisheteronormatividade prescreve que o sexo, o gênero e a sexualidade de uma pessoa sejam definidos por critérios externos e supostamente objetivos, através de uma interpretação normativa de certas características corporais, independentemente da autopercepção da pessoa e dos contextos socioculturais em que ela se localiza. Ou seja, tal noção ignora completamente a dimensão geradora da subjetividade, promovendo a “morte do sujeito” e a patologização das expressões dissidentes. Como afirma González Rey (2018, p. 4, tradução nossa): “não há objetividades na existência humana separadas das produções subjetivas. Isto é o que caracteriza os fenômenos humanos. Realidade e ficção são inseparáveis dos processos humanos; este é o traço mais potente e mais frágil da existência humana”.

Portanto, apesar das diversas práticas coercitivas e corretivas para que esse sistema se estabeleça na vida de todos os indivíduos, somos seres criativos capazes de transviá-lo. Diversas pessoas transgridem esses arranjos, subvertendo a cisheteronormatividade, a partir de processos de subjetivação que expressam dissidências à normativa dominante. Essas se tornam “os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou punição” (Louro, 2016, p. 16). Neste artigo, utilizamos a expressão “dissidências de gênero e sexualidade” para demarcar as vivências dessa população, sem um enquadramento pré-definido a partir de identidades fixadas. Nesse sentido, as dissidências abarcam às vivências singulares de pessoas trans, travestis, intersexo, não binárias, drags, lésbicas, sapatões, gays, viados, pansexuais, bissexuais, entre outras.

Mesmo com a recente despatologização dessas experiências, em diversas instituições sociais, as dissidências sexuais e de gênero ainda são subjetivadas como “anormais” e passíveis de regulação. Esse processo se manifesta por meio de violências que marcam a experiência de indivíduos dissidentes à cisheteronorma por meio de diversos conflitos, insultos, injúrias, exclusões, estigmatizações, violências físicas, silenciamentos e assédios, favorecendo a produção de inúmeros quadros de sofrimento e marginalização dessas pessoas (Borrillo, 2010; Eribon, 2008).

Nesse contexto, a cisheteronormatividade tem sido predominantemente configurada em diversos espaços sociais e instituições, incluindo escolas e universidades. A pesquisa de Junqueira (2013, p. 494) destaca que nas escolas, para além do currículo formal, existe o currículo oculto que “caracteriza e delimita as relações sociais da escola, assim como a organização dos espaços, o ensino do tempo, rituais, regras, regulamentos e normas, classificações e categorizações”. A partir da Teoria da Subjetividade, compreendemos o que é chamado pelo autor de “currículo oculto” como a subjetividade social da escola, na qual se configuram “práticas de controle, vigilância e gestão das fronteiras da heteronormatividade, produzindo classificações, hierarquizações, privilégios, marginalização, desigualdades, que dizem respeito a todos, comprometem a garantia ao direito à educação de qualidade e comportam o exercício de uma cidadania mutilada” (Junqueira, 2013, p. 482).

O foco na subjetividade nos permite compreender como, apesar de diversas diretrizes educacionais que orientam o respeito à diversidade de gênero e sexualidade, o cotidiano das instituições educacionais continua expressando práticas vinculadas a processos sociais mais amplos, relativos à produção de diferenças e distinções sociais, como a cisheteronormatividade. Essas práticas se tornam vivas no cotidiano das instituições, estabelecendo fronteiras de normalidade que geram discriminações e exclusões, evidenciando que as normas educacionais formais, muitas vezes, não são subjetivadas nas dinâmicas relacionais das instituições, reforçando desigualdades e a marginalização das dissidências.

A pesquisa que fundamenta este artigo se debruçou sobre essas questões a fim de gerar visibilidade teórica aos processos que representam resistências às pressões e naturalizações instauradas pela cisheteronormatividade, assim como os desafios e contradições que surgem nesse contexto. Por meio da ênfase no caráter gerador da subjetividade, podemos compreender como indivíduos e grupos sociais podem desafiar as normatizações, tensionando caminhos de subjetivação alternativos à cisheteronormatividade.

A Universidade de Brasília em foco

Historicamente, o acesso às universidades era restrito a poucos grupos sociais – aqueles autorizados a construir conhecimento sobre o mundo através da imunidade de uma pretensa neutralidade que ocultava posições de poder, de modo que as universidades eram caracterizadas por espaços extremamente elitizados, que serviam a manutenção do status quo dominante. A fim de romper com essa tradição, a Universidade de Brasília (UnB) foi pioneira na formulação de políticas afirmativas de acesso à universidade através do sistema de cotas sociais (Carvalho; Segato, 2002); uma medida fundamental na luta pela democratização do acesso à educação superior às populações historicamente excluídas e marginalizadas. Ao mesmo tempo, para que os objetivos deste novo projeto – mais democrático – de universidade se concretize não basta apenas o acesso de populações historicamente marginalizadas, mas uma verdadeira revolução epistêmica, que passe a considerar a subjetividade e a cultura como dimensões constituintes e fundamentais dos processos educacionais (Goulart; González Rey, 2016).

Ao invés de se constituírem enquanto espaços educativos onde convivem pluralidades de ideias e vivências, as universidades foram hegemonicamente dominadas por uma concepção de ciência positivista, euro centrada, masculinista, branca e cisheterossexual, tendo sido um instrumento crucial para legitimar práticas normatizadoras/normalizadoras e patologizantes da vida (Haraway, 2004, 2009). Nesse sentido, foi agente crucial do favorecimento e da reiteração de processos de violência e de desigualdades sociais, tais como os que têm como alvo preferencial pessoas que expressam dissidências às normativas cisheterossexuais (Mattos; Cidade, 2016).

Em busca de superar esse histórico, atualmente os projetos político-pedagógicos das universidades públicas, frequentemente expressam avanços progressistas importantes, assumindo-se como instituições comprometidas com o enfrentamento dos problemas e das desigualdades sociais. No entanto, esse compromisso, muitas vezes, não se mostra efetivo nas práticas profissionais e relacionais constituídas ali. O cotidiano de diversas universidades expressa recorrentes práticas cisheteronormativas, nas quais as dissidências são rechaçadas e desqualificadas, bem como o epistemicídio e a reificação da cultura masculinista por meio de atividades formais e informais (Nardi et al, 2013; Alves; Silva, 2016; Gonçalves; Lionço, 2019).

Um desdobramento importante desse contexto se refere à emergência de diversos casos de evasão da população sexo-gênero-diversa nas universidades, cenário que se articula e constitui de forma complexa processos de sofrimento configurados na vivência dessa população (Lionço et al., 2016). Portanto, embora atualmente as universidades sejam concebidas como instituições educativas comprometidas com as lutas sociais, muitos de seus espaços ainda reproduzem práticas que perpetuam violências contra a população sexo-gênero-diversa, comprometendo a qualidade das experiências e a permanência dessa população na universidade.

Reconhecendo essa grave problemática, em 2013, a UnB institucionalizou a Diretoria da Diversidade (DIV), através do Ato da Reitoria nº 0488/2013 (UnB, 2013). No entanto, Lionço et al. (2016) ressaltam como a universidade é uma instituição ambivalente no que se refere às práticas cisheteronormativas, pois apesar de criar normativas institucionais voltadas para o seu enfrentamento, o processo de escuta ativa da comunidade sexo-gênero-diversa da UnB, realizado por meio do projeto de extensão “Escuta Diversa”, revelou que o cotidiano universitário continua extremamente hostil às dissidências sexuais e de gênero.

Para compreender essa problemática, para além da formulação de soluções simplistas, precisamos superar o tradicional cenário da ciência ocidental hegemônica que considera a cultura como uma influência externa aos indivíduos, desconsiderando a dimensão subjetiva que emerge das experiências de indivíduos, grupos e instituições sociais como agentes de transformação da cultura. Nesse cenário, é necessário a formulação de novas ontologias que abram caminhos para compreendermos os processos por meio dos quais indivíduos, grupos sociais e instituições concretas tensionam e constroem a cultura através de processos subjetivos em constante desenvolvimento (González Rey, 2016).

Abrindo caminhos por meio da Teoria da Subjetividade em uma perspectiva histórico-cultural

Diante do contexto explanado no tópico anterior, o psicólogo, educador e pesquisador cubano Fernando González Rey definiu, em 1991, o conceito de subjetividade social, ressaltando a dimensão subjetiva dos espaços sociais, a partir de sua participação no movimento da psicologia social crítica latino-americana, que pensava a psicologia a partir dos problemas sociais do nosso próprio continente, rompendo com perspectivas eurocêntricas. Sua participação nesse movimento estimulou o autor a teorizar sobre como o social se expressa na constituição humana, sem deixar de lado o caráter ativo de indivíduos e grupos na constituição da cultura e da vida social (Mitjans Martínez, 2020). Sua elaboração orientou-se a superar a definição de realidade social como influências externas, que reforça as dicotomias sujeito-objeto e social-individual, a partir da ideia de causalidade baseada nas condições externas como definidoras dos processos humanos (González Rey, 2018).

Essas inquietações foram fundamentais para a definição de uma nova ontologia para compreender os processos subjetivos humanos nas condições da cultura, em que os processos individuais e sociais são compreendidos não mais em sua fragmentação, mas a partir da unidade dialética entre processos simbólicos e emocionais, definido a dimensão subjetiva de todo fenômeno humano. Como desdobramento dessas novas construções teóricas, González Rey (2012, 2019a, 2021, 2022) propõe a Teoria da Subjetividade, destacando o papel gerador das emoções articuladas aos processos simbólicos, tanto no que se refere aos processos individuais, quanto aos processos sociais. Segundo González Rey e Mitjans Martínez:

A subjetividade [...] é um sistema simbólico-emocional orientado à criação de uma realidade peculiarmente humana, a cultura, da qual a própria subjetividade é condição de seu desenvolvimento e dentro da qual tem a sua própria gênese socialmente institucionalizada e historicamente situada (González Rey; Mitjans Martínez, 2017, p. 27).

A subjetividade é representada por sua unidade mais elementar: os sentidos subjetivos, que se referem à forma singular como os indivíduos e grupos sociais sentem um fenômeno ou experiência vivida. González Rey (2019a, p. 28, tradução nossa) define os sentidos subjetivos como “‘flashes’ simbólico-emocionais que se desdobram em um movimento caótico, do qual emergem configurações subjetivas como uma organização autorreguladora e autogeradora de sentidos subjetivos”. As

configurações subjetivas se caracterizam por serem sistemas mais estáveis que reúnem certo fluxo convergente de sentidos subjetivos, que se organizam e se movimentam gerando novos sentidos subjetivos (González Rey; Mitjans Martínez, 2017).

Dessa forma, a Teoria da Subjetividade gera inteligibilidade sobre o caráter subjetivo, e, portanto, contraditório, gerador e processual, não só dos processos subjetivos individuais relacionados ao gênero e a sexualidade, mas também dos processos subjetivos sociais gerados nos diversos espaços da sociedade em relação a esses fenômenos, a exemplo da cisheteronormatividade (González Rey, 2012). Isso permite uma via explicativa alternativa a qualquer tipo de normatização da sexualidade e do gênero, pois coloca em foco tais experiências como produções subjetivas que envolvem, de maneira recursiva e indissociável, o tensionamento de produções simbólico-emocionais, sempre singulares, de indivíduos e espaços sociais, escapando qualquer tentativa de controle ou padronização dessa experiência por qualquer apreensão normativa.

A partir de tal perspectiva, os indivíduos são compreendidos como inseparáveis dos espaços sociais, não somente porque emergem neles, mas porque também podem emergir como agentes e sujeitos de sua constante modificação e desenvolvimento, a partir das produções subjetivas geradas ao vivenciar os espaços sociais (González Rey, 2012, 2022). O agente representa o indivíduo ou grupo social que se posiciona e participa de forma ativa no devir dos acontecimentos, gerando processos subjetivos e reflexões, ou seja, que em sua ação de alguma maneira não se conforma com o estabelecido. Já o sujeito, diz respeito ao indivíduo ou grupo social que se posiciona de modo a abrir uma “via própria de subjetivação, que transcende o espaço social normativo dentro do qual suas experiências acontecem” (González Rey; Mitjans Martínez, 2017, p. 73). Esses conceitos possuem valor heurístico para a desestabilização da cisheteronormatividade, pois significam a capacidade de singularização e diferenciação de indivíduos e grupos frente às experiências de normatização da cisgeneridade e da heterossexualidade.

Nesse sentido, a subjetividade se refere a um sistema configuracional complexo, que se organiza por configurações subjetivas diversas (individuais e sociais) em diferentes momentos e contextos da experiência humana (González Rey; et al, 2017). Dessa forma, compreende-se que o gênero e a sexualidade são fenômenos humanos gerados em espaços sociais que os constituem e, ao mesmo tempo, ressalta-se o caráter gerador das emoções dos indivíduos e grupos que vivem nesse espaço cultural.

O caráter configuracional em que se organizam as produções subjetivas na cultura, permite pensarmos a universidade enquanto uma instituição que produz sua própria subjetividade social, de forma articulada aos processos culturais mais amplos da sociedade (Mitjans Martínez, 2020). Nesse sentido, a subjetividade social se refere ao sistema de configurações subjetivas que se organiza a partir das vivências de determinado grupo, espaço social ou instituição, a partir das produções subjetivas dos indivíduos que compõem esse espaço – a partir de suas interrelações – e das configurações subjetivas de outros espaços sociais que tensionam a experiência dos indivíduos naquele espaço (González Rey, 2012). Como a cisheteronormatividade se configurou hegemonicamente nos mais diversos espaços e instituições da sociedade brasileira, ela se expressa também nas produções subjetivas dos indivíduos e grupos que compõem a universidade.

Portanto, ao compreender a universidade como uma subjetividade social, não nos referimos apenas aos processos institucionalizados que acontecem ali, buscamos gerar inteligibilidade sobre como nesse espaço estão implicados processos subjetivos sociais que geram contradições e desafios para a vivência da população sexo-gênero-diversa. Gerar inteligibilidade sobre os processos subjetivos sociais relacionados às dissidências de gênero e sexualidade no contexto universitário é uma via tanto para compreendermos como emergem os processos de resistência à cisheteronormatividade e os recursos subjetivos produzidos pelas estudantes ao vivenciarem certos espaços universitários, quanto para compreendermos os desafios vivenciados por por essa população, articulados não somente à cisheteronormatividade, mas também a outros processos que se configuram na universidade e geram contradições importantes a serem enfrentadas.

EPISTEMOLOGIA QUALITATIVA E METODOLOGIA CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVA

O processo de pesquisa foi desenvolvido a partir da Metodologia Construtivo-Interpretativa, que se fundamenta na Epistemologia Qualitativa, e expressa integração de seus princípios centrais: (1) O caráter dialógico do processo de construção de conhecimento; (2) O caráter construtivo-interpretativo da produção de conhecimento; e (3) A legitimidade da singularidade para a produção de conhecimento científico (González Rey, 2019b; 2019c).

A Metodologia Construtivo-Interpretativa tem o diálogo como seu principal dispositivo metodológico. Nessa perspectiva, o diálogo representa uma comunicação que vai além de uma mera sequência de expressões, uma vez que pressupõe um grau de envolvimento em que os atos simbólicos estão emocionalmente inter-relacionados, o que qualifica a mobilização subjetiva das participantes (González Rey; Mitjans Martínez, 2019). Nesse sentido, as relações dialógicas representam uma fonte de emergência de sentidos subjetivos, nas quais aparecem expressões qualitativas que nos permitem avançar em um processo construtivo-interpretativo.

Os processos subjetivos estão sempre para além do que é significado pelas participantes. Por isso, somente por meio de um processo construtivo-interpretativo, podemos gerar modelos teóricos compreensivos sobre os processos simbólicos-emocionais implicados na vivência de dissidências de gênero e sexualidade no contexto universitário. Portanto, o objetivo central de toda pesquisa nessa perspectiva é a construção de um modelo teórico que gere novas vias explicativas sobre o fenômeno estudado. Nesse sentido, a teoria não é algo a ser aplicado após uma suposta “coleta de dados” por meio do uso de instrumentos padronizados. A teoria passa a ser entendida como um sistema de inteligibilidade a ser construído pela pesquisadora no decorrer de todo o processo de pesquisa, o que pressupõe a necessidade de uma implicação criativa para permanentemente gerar ideias que impulsionem o processo de campo e de construção teórica (González Rey, 2019b, 2019c).

À medida que estudamos processos humanos complexos e diversos, como as vivências de gênero e sexualidade, a singularidade se torna um recurso fundamental para gerar inteligibilidade teórica sobre esses fenômenos. Nesse sentido, o singular ganha sua legitimidade para a construção de conhecimento pela capacidade de mobilizar construções interpretativas que se integram em um modelo teórico abrangente que se desenvolve gradualmente.

Esse processo requer a construção de indicadores, definidos como “significados gerados pelo pesquisador tendo por base comportamentos, gestos, posturas, emoções e falas dos participantes, que, não obstante, não se encontram explícitos nessas diversas possibilidades de expressão” (González Rey, 2019c, p. 34). A partir da integração de múltiplos indicadores formulados no decorrer da pesquisa, hipóteses foram construídas, configurando um modelo teórico organizado em dois eixos temáticos: (1) a emergência de mudanças subjetivas relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade, favorecidas por vivências no espaço universitário, e (2) os desafios e as contradições que emergem na subjetividade social da UnB no tocante a esses fenômenos no momento histórico-cultural atual.

Local da pesquisa e participantes

A pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília (UnB), a partir da construção de ações junto à tecidos sociais engajados em favorecer a convivência e a permanência da população sexo-gênero-diversa na universidade. Esses tecidos sociais se expressam por meio de grupos formalmente institucionalizados, como a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), o Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero (NEDIG) e a Comissão de Acolhimento da Faculdade de Educação (FE). Além dessas redes formalizadas, destaca-se também nossa aproximação de coletivos e movimentos sociais relacionados às questões de gênero e sexualidade atuantes na UnB.

A partir dessas redes sociais já constituídas na universidade, formamos parcerias e realizamos diversas atividades orientadas a promover diálogos sobre as vivências de dissidências de gênero e sexualidade no ambiente universitário. Nesse sentido, as participantes da pesquisa são, em sua maioria, estudantes e servidores da UnB, que diretamente participaram de atividades promovidas por meio dos grupos e coletivos mencionados.

Para a realização de dinâmicas conversacionais individuais, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Já no tocante às rodas de conversa ou dinâmicas conversacionais grupais, a pesquisa foi apresentada oralmente às participantes, e o consentimento do grupo foi obtido verbalmente. Algumas dinâmicas conversacionais foram gravadas, conforme autorização das participantes, enquanto outras foram registradas por meio de anotações em um diário de campo. A fim de garantir o sigilo e a confidencialidade da identidade das participantes, ao longo de todo texto foram utilizados apenas nomes fictícios. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília, sob o número 1309290482350348.

Instrumentos

Nessa perspectiva metodológica, os instrumentos de pesquisa são compreendidos como dispositivos dialógicos, ou seja, recursos que favorecem a expressão das participantes no contexto relacional que caracteriza a pesquisa. O uso dos instrumentos deve possibilitar a emergência de expressões subjetivamente engajadas, favorecendo o posicionamento ativo das participantes por meio de tensionamentos e afetações que emergem no diálogo (González Rey; Mitjans Martínez, 2017, 2019). Para isso, as dinâmicas conversacionais foram o principal instrumento utilizado.

O trabalho de campo foi desenvolvido ao longo de 15 meses, por meio da construção de ações em parceria com diferentes grupos da universidade. As dinâmicas conversacionais foram construídas em diferentes enquadres. Por um lado, elas foram realizadas em grupo, em sete rodas de conversa e dois cine-debates, com duração média de três horas e participação de 15 a 30 estudantes, bem como em momentos informais durante nossa participação em diversas ações desenvolvidas junto a coletivos estudantis. Por outro, também foram construídas dinâmicas conversacionais de forma individual com quatro estudantes que vivenciam dissidências de gênero e/ou sexualidade, bem como com duas servidoras da SDH e uma integrante do NEDIG, com duração média de duas horas e meia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Vias alternativas de subjetivação das dissidências de gênero e sexualidade a partir da emergência de novos tecidos sociais na Universidade de Brasília

Para compreendermos o processo de constituição de tecidos sociais orientados a favorecer a vivência da população sexo-gênero-diversa na Universidade de Brasília (UnB), é fundamental abordar os processos que provocaram a necessidade e a possibilidade desses grupos se constituírem formal e informalmente na universidade. Sobre essa questão, durante uma dinâmica conversacional individual com uma coordenadora da Secretaria de Direitos Humanos da UnB (SDH), dialogamos sobre o contexto de surgimento da Diretoria da Diversidade² (DIV), atual SDH. Segue um trecho desse diálogo:

Pesquisadora: O que fez a universidade perceber que era importante instituir uma Diretoria da Diversidade?

Coordenadora da SDH: Foi pressão, né? Foi pressão da comunidade universitária. Antes da DIV, já existiam os coletivos de estudantes LGBT's, eles demandavam da administração uma resposta às violências que aconteciam no campus, e aconteciam muitas, né? A questão LGBTfóbica era muito forte. Nos trotes, tinha muita homofobia. Teve também uns incidentes de pessoas escreverem na parede de um centro acadêmico coisas bem homofóbicas e transfóbicas. Mas o ponto mais marcante que desencadeou muita mobilização, inclusive de movimentos sociais, foi o espancamento de uma estudante lésbica no estacionamento do ICC-Sul³. Você lembra dessa história, né? Depois disso surgiram inúmeros protestos, e aí resolveram formalizar um órgão na UnB que fosse específico para essa questão LGBT.

² Criada como uma das diretorias que compõem o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) pelo Ato da Reitoria nº 488, em 2013, e transformada na Secretaria de Direitos Humanos (SDH) da UnB, em 2021.

³ Em 2013, uma estudante do curso de Agronomia foi agredida, sob gritos de "lésbica nojenta", no estacionamento do Instituto Central de Ciências Sul (ICC-Sul) da UnB, enquanto se dirigia ao seu carro. O caso foi noticiado por diversos veículos

A partir da fala da servidora, destacamos dois aspectos fundamentais: a incidência de manifestações e ações violentas contra a população sexo-gênero-diversa em diversos espaços da UnB e a mobilização estudantil, confrontando a gestão universitária diante da emergência dessas violências. A fim de avançar na compreensão desse tensionamento, podemos construir o indicador de que a subjetividade social brasileira mais ampla, fortemente marcada pela cishetenormatividade, se configura na ação de indivíduos e grupos dentro de espaços da UnB, gerando sentidos subjetivos que se relacionam ao rechaço às vivências dissidentes, de modo a favorecer a incidência e a normalização de violências contra essa população. Expressão concreta e extrema disso foi o espancamento de uma estudante lésbica em um dos estacionamentos centrais da UnB.

Ao mesmo tempo, é significativo que o enfrentamento dessa realidade ocorre, muitas vezes, a partir da construção de redes de relação, com características próprias, entre grupos de indivíduos que vivenciam dissidências, como a criação de coletivos LGBT's dentro da UnB. Esse contexto fundamenta a construção do indicador da emergência desses grupos como sujeitos sociais que, através de suas ações e posicionamentos, tensionam a subjetividade social da UnB, gerando sentidos subjetivos alternativos, expressos por meio de mobilizações marcadas pela não aceitação da normalização das violências contra a população sexo-gênero-diversa. A ação desses coletivos parece favorecer novas vias de subjetivação importantes, ao tensionarem processos subjetivos sociais que se configuram a partir do rechaço às dissidências, mobilizando sentidos subjetivos alternativos de não conformação a essa realidade.

No entanto, nos chama a atenção que, institucionalmente, a UnB só tenha se movimentado para organizar políticas de enfrentamento, após a ocorrência de violências extremas, como no caso do referido espancamento de uma estudante. Diante disso, nossas construções apontam que a emergência de grupos e pessoas enquanto sujeitos é fundamental para favorecer a produção de novos sentidos subjetivos sobre as dissidências de gênero e sexualidade.

Com isso em vista, durante um evento de extensão que mobiliza toda a universidade, em setembro de 2023, realizamos junto ao NEDIG uma roda de conversa intitulada “Basta de LGBTfobia: Rompendo o silêncio e criando redes dentro e fora da UnB”. No início da atividade, fizemos uma grande roda e após uma breve apresentação do nosso grupo e da pesquisa então em curso, pedimos que cada estudante se apresentasse da maneira que desejasse e nos contasse o que lhe impulsionou a comparecer à atividade. A seguinte fala de Marielle nos chamou a atenção:

Estudante: Eu me chamo Marielle, sou lésbica e gênero fluído, mas nunca me assumi. Eu não sou assumida... Nunca falei sobre isso publicamente. Na verdade, só poucas pessoas sabem.

Pesquisadora: Olha que legal: você disse que nunca se assumiu publicamente, mas acabou de fazer isso aqui com a gente.

Marielle: Nossa... É verdade! Eu acabei de me assumir para vocês!

Nesse momento, estudantes a aplaudiram, celebrando o momento. Em seguida, Marielle sorri e afirma:

Eu acho que consegui fazer isso porque sei que aqui tem várias pessoas como eu. Eu não sou acostumada com isso. Eu vim justamente porque queria conhecer um espaço com mais pessoas assim... LGBT's. Eu faço um curso de tecnologia e não tenho amigos lá. A maioria das pessoas são homens héteros e cis. Então, vocês imaginam como é! (Estudantes acenam afirmativamente).

Esse trecho de diálogo, articulado aos indicadores previamente construídos, nos permite construir a hipótese de que os espaços na universidade constituídos por redes de relação entre pessoas que vivenciam dissidências de gênero e sexualidade favorecem a produção de sentidos subjetivos alternativos, relacionados a uma maior segurança e confiança, gerados a partir de produções subjetivas sociais que indicam reconhecimento e valorização das vivências dissidentes. A qualidade dialógica, aberta à

singularidade do outro, expressa na constituição desses espaços, favorece que as dissidências não sejam sentidas como um “problema”, podendo ser expressas mais autenticamente, em comparação a outros espaços sociais.

Por outro lado, é curioso como apenas descrevendo seus colegas como “homens héteros e cis”, a estudante já considera que aquele coletivo de “pessoas como ela”, “LGBT’s”, entenderá os problemas que vivencia em seu curso, tendo acenos em concordância como resposta do grupo. Nesse sentido, podemos conjecturar que a partir de um histórico comum de violências, pessoas que vivenciam dissidências, frequentemente, não tenham esperança de que pessoas que são “beneficiadas” pela normativa cisheterossexual possam adotar posicionamentos diferentes das hostilizações predominantemente geradas na subjetividade social brasileira. Entratanto, vale questionar: se a violência contra pessoas que vivenciam dissidências de gênero e sexualidade for encarada como um problema apenas por pessoas que não se conformam com a normativa dominante, como pessoas que vivenciam dissidências se sentirão seguras em espaços de socialização compartilhados?

Nesse sentido, a fala de Marielle abre caminhos para construirmos o indicador de que os espaços sociais que não visibilizam e reconhecem experiências dissidentes como válidas e legítimas corroboram a produção de sentidos subjetivos relacionados à inadequação e ao isolamento de pessoas que vivenciam dissidências, favorecendo a geração de sentidos subjetivos relacionados à insegurança nessa população. Tal contexto parece ser gerador de diversos desafios para a construção de redes de relação dialógicas que possibilitem a criação de vínculos com a população sexo-gênero-diversa em certos espaços da UnB.

Diante desse cenário, o trecho de informações é significativo, pois nos permite refletir sobre a importância da construção de espaços educativos dialógicos, que facilitem a emergência de posicionamentos que reconheçam e valorizem a diversidade de expressões de gênero e sexualidade em diferentes espaços da universidade. De maneira abrangente, a perspectiva teórica assumida neste artigo define a educação como um sistema de ações e relações voltadas para o desenvolvimento subjetivo⁴ de pessoas e grupos sociais, a partir do caráter dialógico de suas práticas e de uma orientação para o favorecimento da emergência de sujeitos (González Rey; et al, 2017). A partir dessa perspectiva, o caráter educativo dialógico das relações e das práticas que constituem a universidade se torna fundamental para favorecer a emergência de posicionamentos que confrontem normativas sociais hegemônicas que produzem entraves para a qualidade da vivência universitária da população sexo-gênero-diversa.

A fala de Marielle, em um momento posterior da atividade, vai ao encontro dessas construções:

Marielle: Sobre essa questão de se sentir incluído aqui na UnB, eu moro no interior de Goiás né, e lá ninguém fala sobre nada disso, lá é muito fechado, sabe? Ninguém abre o leque para conversar sobre isso. E aí eu passei na UnB e... eu duvido um pouco da minha cisgeneridade, entendeu? Mas eu só pensei nisso de uma forma positiva quando eu vim para cá, porque antes eu só pensava nisso de uma maneira muito negativa, sabe? Eu nunca falei sobre isso, tá? Aqui eu conheci pessoas trans muito legais, e outras pessoas que também falam sobre isso de uma maneira mais aberta... e aí eu comecei a pensar sobre meu gênero e minha sexualidade de uma forma positiva, e é isso: eu me sinto muito mais alegre aqui do que lá, muito mais incluída aqui do que lá, porque lá não tem inclusão nenhuma, sabe? E é muito triste isso, a solidão lá é horrível. (...) Antes eu nem pensava sobre isso, que podia ser uma possibilidade eu me identificar como gênero fluído, não binário e tal. E aí quando eu passei na UnB eu comecei a pensar mais sobre essas questões, eu conheci coletivos feministas muito legais aqui, onde encontrei mais gente falando sobre outras vivências de gênero e sexualidade e pude fazer amizades muito importantes. É como se eu pudesse existir em paz aqui, entendeu?

Esse trecho nos permite avançar em nossa hipótese, pois é mais um indicador de que a universidade se configura como um sistema subjetivo social que se diferencia de outros, a partir da constituição de espaços que possibilitam vias de subjetivação alternativas aos processos sociais mais amplos que expressam a dominância de configurações subjetivas sociais cisheteronormativas. Em diferentes espaços da sociedade brasileira, a dominância dessas configurações expressa produções subjetivas mais cristalizadas sobre as vivências de gênero e sexualidade, pois tomam a heterossexualidade

⁴ O desenvolvimento subjetivo se refere ao “desenvolvimento de novos recursos subjetivos que permitem ao indivíduo mudanças qualitativas em diversas áreas da vida” (Mitjans Martínez; González Rey, 2017, p. 73).

e a cisgeneridade como verdades que não devem ser questionadas, expressando mecanismos de bloqueio de expressões dissidentes, o que favorece a manutenção do status quo normativo, e configura desafios importantes para a emergência dessa população como sujeito.

Tal processo parece ter se desdobrado na vida de Marielle a partir de relações que se configuram a partir da expressão de entraves para a constituição de relações dialógicas que considerem a diversidade das vivências de gênero e sexualidade. Ao contrário de favorecer o desenvolvimento subjetivo de Marielle, esse contexto gera sentidos subjetivos relacionados ao medo, à solidão e à insegurança. Nesse sentido, suas falas fundamentam a construção do indicador de que dentro de sua comunidade de origem predominam configurações subjetivas que relacionam as dissidências a vivências inadequadas e proibidas.

Por outro lado, são significativos os processos subjetivos que são desencadeados com sua entrada no tecido social da UnB. A forma como a estudante relata se sentir dentro da UnB corrobora nossas construções hipotéticas, pois reforça a configuração de aberturas na Universidade para a mobilização de recursos subjetivos que favorecem vias de subjetivação alternativas às hegemônicas em sua história de vida, expressas na ampliação de suas relações, ações e reflexões no tocante às suas vivências de gênero e sexualidade. Tais configurações favorecem processos de desenvolvimento subjetivo, expressos através da emergência de posicionamentos mais reflexivos e acolhedores em relação às dissidências, possibilitando novas afetações e ações em diferentes contextos da vida social.

O relato de Bruna, em um momento informal, após um cine-debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, está em sintonia com nossas construções. Segue um trecho da fala da estudante de Psicologia:

Bruna: Nos corredores, eu tive uma experiência melhor do que com professores. Foi vivendo os corredores da UnB que eu consegui ir me aceitando mais, porque eu percebi um olhar de fora que não era repressor como é em todos os outros lugares que cresci. Eu andava e via duas meninas de mãos dadas tranquilamente. (...) Digamos que eu nunca tinha escutado coisas boas sobre pessoas LGBT's. Com meus colegas de curso, eu tive conversas com pessoas que tinham mais estudo sobre o tema, que tinham mais identificação e que vinham de um lugar de reconhecimento e não de ridicularização. Acho que isso me fez ir digerindo de outro jeito a minha sexualidade, eu fui me identificando com alguns relatos, fui me indignando com várias violências que as pessoas tinham sofrido, e isso fez muito sentido para mim! Então assim, estar num curso onde as pessoas eram mais educadas sobre... foi muito importante, eu tive conversas em que pude perceber outras visões, sabe? (...) Isso tudo me ajudou muito a me aceitar. Se não fosse a UnB, eu acho que até hoje estaria fingindo ser hétero.

Quando em sua fala a estudante se refere às pessoas com mais conhecimento sobre o tema, visibiliza-se a importância do gênero e da sexualidade não serem naturalizados a partir de discursos cisheteronormativos dominantes na sociedade, a fim de gerar espaços dialógicos que favoreçam novas vias de subjetivação dessas vivências. Diante desse contexto, nossas construções permitem afirmar que a subjetividade social da UnB se constitui a partir de configurações subjetivas históricas que expressam resistências às representações autoritárias e conservadoras configuradas na sociedade brasileira. Essas formações subjetivas se expressam por meio de maiores aberturas para posicionamentos confrontadores e para a convivência da diversidade na universidade.

É significativo como as estudantes ressaltam positivamente experiências vivenciadas nos corredores, em rodas de conversas e coletivos. Nesse sentido, nossas construções indicam que o contexto dialógico expresso por configurações subjetivas sociais que geram aberturas ao diferente são gerados com mais força em coletivos estudantis, em atividades direcionadas especificamente a discutir gênero e sexualidade, em espaços de trânsito mais livre – com o protagonismo de estudantes que vivenciam dissidências. Esses grupos sociais presentes na UnB funcionam como agentes e sujeitos da construção de uma cultura contra hegemônica, mais aberta e acolhedora à convivência da diversidade de gênero e sexualidade dentro da universidade.

A integração de estudantes nessas redes de socialização favorece novas afetações e posicionamentos, mobilizando a produção de sentidos subjetivos alternativos ao silenciamento, à ridicularização e à inadequação. Portanto, esses espaços educativos se mostram fundamentais para criar um contexto potente para a emergência de processos de desenvolvimento subjetivo e de mudanças subjetivas sociais em relação às dissidências de gênero e sexualidade na UnB.

Desafios e contradições configurados na subjetividade social da UnB relacionados às dissidências de gênero e sexualidade

Para além de tomar a UnB como um espaço social aberto e acolhedor às vivências dissidentes de forma simplista e universalizante, a partir do foco na subjetividade social podemos visibilizar o caráter dinâmico, singular e contraditório em que essas experiências são configuradas na Universidade. As configurações subjetivas não são organizações isoladas, lineares e padronizáveis, mas formações complexas, abertas e dinâmicas, em que fluxos de sentidos subjetivos, por vezes, contraditórios de diferentes dimensões da vida social são organizados, por meio de diversos tensionamentos e posicionamentos de indivíduos e grupos sociais (González Rey, 2012a).

A esse respeito, um aprofundamento na vivência universitária de Bruna, nos permite avançar em tais construções, pois mesmo no curso de Psicologia, conhecido por ser mais aberto às vivências dissidentes, existem contradições marcantes, como expresso pela estudante:

Bruna: Até na Psicologia eu tive experiências ruins. No meu grupo de supervisão de estágio, eu escuto muitas coisas estigmatizadoras nas análises dos casos clínicos. Me faz muito mal, porque me lembra tudo que eu ouvi na minha vida sobre essas sexualidades, coisas patologizantes, como se estivesse algum erro ali que deveria ser consertado.

Pesquisadora: (...) Você pode me contar um pouco mais sobre o que já escutou?

Bruna: (...) Eles olham para o caso de uma pessoa que expressa alguma sexualidade ou gênero dissidente e tomam a dissidência como um sintoma, sabe? Como se ali se expressasse um problema que a pessoa vivenciou e eu acho isso muito problemático.

Pesquisadora: (...) Como você reage a isso dentro do grupo de supervisão?

Bruna: Eu fico muito revoltada... eu fico triste, mesmo. Sinto uma frustração bem grande (pausa). Eu até tento questionar, sabe? Eu faço perguntas para tentar problematizar isso, mas... Sei lá... às vezes surgem comentários até piores! É desanimador... Parece que ninguém escuta de verdade o que eu estou falando... E nos meus atendimentos eu só ignoro as visões toscas que eles têm e vou por vias diferentes. Eu busco me qualificar em outros espaços, né? Como em uma disciplina sobre a Judith Butler que eu fiz com uma professora maravilhosa de sociologia aqui na UnB. (...) Essa disciplina foi muito importante para mim, tanto profissionalmente quanto pessoalmente também.

O relato da estudante fundamenta a construção do indicador de que mesmo com a configuração de aberturas às dissidências de gênero e sexualidade na UnB, esses processos não geram mudanças desde uma externalidade, essa configuração existe em tensão com outras subjetividades sociais que integram a Universidade, expressando a configuração de afastamentos e resistências à confrontação da cisheteronormatividade. Esse contexto mobiliza sentidos subjetivos relacionados à sensação de mal-estar e desconforto em Bruna, que parecem ser intensificados ao se articularem a outras situações em sua história de vida, onde a estudante experienciou o rechaço às dissidências.

Ao mesmo tempo, é significativo como, diante desse contexto normativo, Bruna consegue gerar sentidos subjetivos relacionados a não conformação com tais posicionamentos. Nesse sentido, podemos construir o indicador que Bruna se posiciona como agente, através da configuração de recursos subjetivos que lhe possibilitaram ampliar suas possibilidades de ação e reflexão no modo de pensar e conduzir seus atendimentos clínicos, incomodando-se e diferenciando-se dos posicionamentos patologizantes de seu grupo de supervisão.

Em relação a esse processo, reforçando as construções interpretativas do eixo anterior, as condições para sua emergência como agente aparecem fortemente articuladas às suas vivências em outros espaços sociais da UnB, caracterizados pela configuração de práticas dialógicas que problematizam a cisheteronormatividade e reconhecem as dissidências como expressões humanas legítimas. A vivência de tais espaços educativos em que os indivíduos se integram, se vinculam, são provocados e confrontados foi favorecedora da geração de novas afetações e reflexões sobre as dissidências, de modo a mobilizar recursos subjetivos que indicam possibilidades de desenvolvimento alternativas à anormalização dessas experiências. Esse processo visibiliza como as subjetividades sociais são constituídas por indivíduos com histórias de vida e relações singulares que enriquecem, tensionam e diversificam as produções subjetivas sociais de um determinado espaço social, como da própria universidade.

Dessa forma, visibiliza-se que mesmo diante dos avanços nas discussões sobre gênero e sexualidade, a cisheteronormatividade persiste como uma configuração subjetiva social dominante. Suas cristalizações dificultam a produção de sentidos subjetivos voltados ao reconhecimento e a valorização das dissidências, perpetuando a exclusão e a marginalização da população sexo-gênero-diversa em diferentes espaços sociais.

Isso nos leva a destacar a importância da constituição de ações e relações educativas que expressem qualidades dialógicas orientadas ao desenvolvimento subjetivo nos mais diversos espaços da universidade. Para além de caminhos de desenvolvimento subjetivo individual, as configurações subjetivas de desenvolvimento favorecem a emergência de agentes e sujeitos em outros contextos sociais normativos. Dessa forma, também contribuem para o tensionamento de configurações subjetivas sociais dominantes, o que pode favorecer mudanças subjetivas sociais mais abrangentes que expressem caminhos alternativos às cristalizações cisheteronormativas.

A experiência de Marco no curso de jornalismo corrobora essas construções, reforçando como a ausência de práticas educativas favorece a geração de efeitos colaterais relacionados à fragilização de vínculos e a ausência de acolhimento e pertencimento da população sexo-gênero-diversa na UnB. Durante uma dinâmica conversacional individual, o estudante fez o seguinte relato:

Marco: Em todas as chamadas está o meu nome retificado já. Então, os professores geralmente me respeitam, até porque a maioria dos professores de comunicação tem um posicionamento mais explícito a favor dos direitos humanos. (...) Mas a maioria dos meus colegas não respeita os meus pronomes. (...) A gente estuda na mesma turma há 2 anos e desde o início eu falei que eu era um menino trans. (...) Mas tem episódios que eu acho meio difícil de corrigir a pessoa.

Pesquisadora: O que você acha que faz ser difícil corrigir as pessoas?

Marco: Eu acho que é um sentimento de constrangimento, porque (...) vem a sensação de que você está sendo chato (...), porque já não basta eu ser o isolado, eu tenho que ser o chato também? (...) Eu acho que vão pensar ‘ah, é por isso que ninguém anda com você’. Eu estou cansado de sempre sentir que eu sou um problema.

Pesquisadora: Mas o problema não é você, e sim as pessoas te desrespeitarem, né?

Marco: É, mas quando (...) você tem que repetidas vezes falar “olá, pessoas trans existem”, é meio complicado, sabe? (...) eu já ouvi várias pessoas do meu curso debochando de pronome neutro, falando que essa história de ser trans não existe, eles fazem piada mesmo. Tem gente que faz comunicação e ama o Bolsonaro.

Pesquisadora: (...) Como você se sente no meio disso?

Marco: Eu me sinto bem solitário. Eu não gosto de ficar aqui, porque eu me sinto sozinho no meu curso. (...) É como se eu não devesse estar aqui, sabe? Vem um sentimento que aqui não é o meu lugar.

O trecho evidencia como mesmo diante de professores que respeitam o nome social e explicitam discursos afinados aos direitos humanos, tais posicionamentos não se traduzem em mudanças favorecedoras da qualidade da vivência universitária de Marco. A persistência do desrespeito por parte de seus colegas é indicador de que a mera adoção de normativas institucionais — como o reconhecimento do nome retificado nas chamadas — e de discursos contra preconceitos são insuficientes para criar um espaço educativo nas salas de aula que seja capaz de tensionar configurações subjetivas sociais que expressem a objetificação e a deslegitimação das vivências dissidentes.

Esse cenário possibilita a construção da hipótese de que os compromissos com a diversidade, por vezes, se expressa apenas em nível institucional e discursivo, não se desdobrando em aberturas para configuração de relações dialógicas com a população sexo-gênero-diversa em diversos espaços da universidade.

Ao mesmo tempo, é marcante como, no contexto atual, as questões de gênero e sexualidade têm sido “ideologizadas”, de modo que afiliar-se a determinados grupos políticos, como os de extrema-direita ou grupos “conservadores”, implica não apenas a legitimação do rechaço às dissidências, mas também a orquestração de ataques e resistências tanto à humanização dessas pessoas quanto ao avanço da garantia de seus direitos em diversos espaços institucionais, sobretudo educativos (Junqueira, 2017; Penna, 2017; Prado; Corrêa, 2018). Nesse sentido, podemos construir o indicador de que a crescente ofensiva antigênero que se configura no país potencializa a configuração de relações polarizadas e mais explicitamente hostis às dissidências em diferentes tecidos sociais da UnB.

O avanço de nossas construções hipotéticas evidencia que a vivência em diferentes cursos expressa desafios a partir da configuração de relações que expressam objetificações, desafetações ou rechaços à população sexo-gênero-diversa. Esse contexto favorece que a experiência universitária dessa população, muitas vezes, se configure a partir de sentidos subjetivos relacionados à inadequação, ao desamparo e à insegurança, corroborando que as dissidências permaneçam silenciadas e marginalizadas em diversos espaços da UnB.

Nesse cenário, diferente de Bruna, que expressa recursos subjetivos capazes de desestabilizar essas cristalizações, Marco vivencia fragilizações subjetivas significativas. Em um momento posterior de nosso diálogo, o estudante fez o seguinte relato:

Marco: Há uns meses atrás eu estava vivendo uma situação muito difícil, porque teve um fatídico dia que eu fui tirado do armário (...) e a minha mãe cortou a pequena ajuda financeira que ela me dava. Eu fiquei muito desamparado na Universidade (...) O fato da minha mãe ser funcionária pública (...) me tira o direito a um auxílio financeiro da UnB, mesmo eu precisando muito. (...) Eu passava fome aqui na UnB. E isso afeta muito a minha frequência nas disciplinas. Tipo, eu falto para economizar dinheiro do RU, entende? Em algumas matérias eu acabei reprovando, outras eu tranquei. E essa situação toda me abalou muito, (...) a minha saúde mental foi esmigalhada ali. Eu só queria ficar longe de casa, porque todo dia de manhã a minha mãe vinha e me falava coisas muito ruins.

Pesquisadora: Eu sinto muito, Marco! Como você estava se sentindo em meio a isso tudo?

Marco: Ah, eu estava muito mal, muito exausto de tudo. Eu cheguei a cogitar tirar a minha própria vida depois que a minha mãe descobriu. (...) Parecia que a culpa era minha de ela estar sofrendo daquele jeito. (...) E aí eu só queria que tudo acabasse. Eu ia para o trabalho pensando em me jogar na frente de algum carro. Isso aconteceu mais de uma vez.

Esse trecho evidencia como os desafios configurados tanto no espaço universitário quanto em outros espaços da vida de estudantes geram desdobramentos e efeitos colaterais muito concretos na vida das pessoas dentro da universidade. A dominância de configurações subjetivas sociais que expressam fechamentos para a constituição de relações dialógicas com a população sexo-gênero-diversa gera entraves para o desenvolvimento subjetivo e a permanência dessa população na universidade e, muitas vezes, favorece a emergência de processos de sofrimento subjetivo⁵. Nesse sentido, é fundamental que a emergência de agentes e sujeitos não se restrinja apenas aos movimentos e coletivos LGBT's da universidade, de modo que espaços educativos possam ser mobilizados também em espaços mais formais da UnB, favorecendo a mobilização de relações dialógicas entre pessoas que vivenciam diferentes histórias de vida.

Para além de criar políticas de assistência para estudantes em situações de vulnerabilidade a partir de marcadores objetivos, nossas construções hipotéticas visibilizam a necessidade de que a implementação dessas políticas se dê a partir da consideração da complexidade das vivências das estudantes. Isso reforça a necessidade de que as estratégias de combate às opressões nas instituições universitárias não sejam padronizadas ou baseadas em discursos simplistas, mas centradas nas singularidades das produções subjetivas individuais e sociais geradas em cada espaço da universidade, que se configuram também a partir da história de vida de cada estudante.

Diferente disso, são marcantes os desafios que emergem nas práticas de servidores que atuam em diretorias da universidade voltadas à promoção de políticas assistenciais para a comunidade acadêmica. Em uma dinâmica conversacional individual com uma servidora da SDH, ela fez o seguinte relato:

Servidora da SDH: Um estudante transmasculino tinha tentado suicídio no subsolo do ICC. Aí, vieram correndo me chamar porque eu era da DIV, mas eu não sou nem da área da saúde (...), então eu fui lá na Diretoria da Saúde e catei uma servidora que era enfermeira e estava disponível na hora. (...) E aí ela foi lá comigo. O estudante estava em um banheiro, no chão assim... A namorada dele disse que ele tinha tomado vários remédios. (...) A gente chamou o SAMU e a enfermeira falou: "A gente precisa do seu nome". Aí, a namorada respondeu, sei lá, "José". Aí,

⁵ O sofrimento subjetivo é definido enquanto "uma configuração subjetiva dominante e geradora de mal-estar para o indivíduo, (...) que culmina na fragilização dos recursos subjetivos do indivíduo, reduzindo suas possibilidades de ação, reflexão e posicionamento em diferentes áreas da vida" (Goulart, 2024, p. 225).

ela disse “Não! Eu quero o nome verdadeiro”. Aí, eu olhei espantada e falei: “Como assim o nome verdadeiro? Você tem que respeitar o nome dele!”. Aí, ela disse “Não! Esse negócio de nome trans não adianta. O SAMU não atende nome trans, tem que ser o nome verdadeiro dela!” (...) E a pessoa lá, né... nessa situação e tendo que ouvir isso. A namorada enlouqueceu. E eu falava assim para a servidora: “Pelo amor de Deus, você não pode fazer isso!” Mas ela não queria ouvir ninguém, ela não aceitava, queria porque queria um documento com o nome de registro da pessoa. Mas como ela representava o saber médico, alguém foi atrás desse documento e ela só chamava a pessoa pelo nome do documento. A namorada gritava revoltada: “Como assim? Que absurdo!!! Ele está sofrendo por conta da disforia... Como que ela está fazendo um negócio desse?”. (...) Isso é para exemplificar que, assim, uma pessoa que pertencia a política da DASU⁶, que é a política de saúde da Universidade, não vou dizer que a política da DASU é essa, mas ela não tinha um entendimento né? Ela foi violenta com ele numa hora de extrema vulnerabilidade. Você vê... O menino estava sofrendo justamente por conta disso! Não deveria ser assim, mas a gente já teve que lidar com diversos casos desse tipo.

Esse episódio evidencia como a centralidade de um “saber médico”, rigidamente hierarquizado, expressa entraves para a consideração de experiências dissidentes, distanciando as práticas de servidores da DASU de seus propósitos de promoção de saúde, acolhimento, cuidado, respeito às diversidades, humanização, inclusão e justiça social, expressos no Ato do Decanato de Assuntos Comunitários nº 04/2021 que instituiu as diretrizes dessa Diretoria na UnB (UnB, 2021). Nesse sentido, nossas construções apontam que muitos espaços institucionalizados na universidade expressam contradições entre a formalização de normativas e discursos que versam sobre o respeito aos direitos humanos e a expressão de práticas profissionais e relações cotidianas que se configuram a partir de sentidos subjetivos que expressam a objetificação, a deslegitimação ou até mesmo a patologização das dissidências de gênero e sexualidade na UnB.

A frequente falta de reflexão e afetação de estudantes e servidores frente a graves situações de sofrimento dessa população favorece que tal configuração permaneça enrijecida em diversos espaços da UnB. Ao contrário de emergirem enquanto sujeitos que se afetam, indignam e tensionam normatizações que objetificam e desumanizam pessoas trans, um conjunto de experiências de campo durante a pesquisa nos levou à conclusão de que a passividade em relação a esse tema é dominante. Tal cenário expressa resistências à configuração de práticas educativas dialógicas no tocante às dissidências de gênero e sexualidade em variados espaços da UnB. Nesse sentido, corrobora-se a perpetuação de violências historicamente configuradas na história de vida da população sexo-gênero-diversa, fragilizando o papel da universidade como espaço educativo.

Diante disso, para gerar mudanças subjetivas sociais orientadas ao desenvolvimento subjetivo dessa população parece ser fundamental que as políticas da UnB, assim como as práticas desenvolvidas em diferentes cursos, sejam pensadas e construídas a partir de um caráter educativo abrangente, em que “a educação está relacionada ao favorecimento da criação de novas possibilidades de vida, por meio da abertura de distintas formas de inserção social, comprometendo-se com processos de mudança e crítica das condições sociais em jogo” (Goulart, 2017, p. 29). Assim, destaca-se a necessidade de que as práticas em sala de aula e nos espaços de gestão da universidade sejam desenvolvidas a partir da emergência de agentes e sujeitos diante dos desafios que emergem nas subjetividades sociais mais amplas, levando em consideração os desdobramentos singulares desses processos na qualidade da vivência universitária da população sexo-gênero-diversa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou processos subjetivos sociais relacionados às dissidências de gênero e sexualidade no contexto universitário atual. Com base na pesquisa realizada, visibilizou-se que as configurações subjetivas sociais relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade emergem a partir de uma diversidade de experiências e histórias de vida, de forma muito sensível à qualidade das relações

⁶ A Diretoria de Atenção à Saúde da Comunidade Universitária (DASU) tem como missão coordenar políticas e estratégias voltadas à saúde e à qualidade de vida da comunidade acadêmica. Entre suas principais diretrizes, destacam-se a promoção da saúde, a atenção psicossocial e a articulação intersetorial para a construção de redes de cuidado. Essas ações se fundamentam nos princípios de uma Universidade Promotora de Saúde (UPS), buscando consolidar boas práticas institucionais (UnB, 2021).

constituídas em diferentes espaços sociais. A integração da população sexo-gênero-diversa à universidade depende de processos relacionados singularmente à vida das pessoas, a como essa população se sente nos espaços que transitam, a como são favorecidas produções subjetivas alternativas à anormalização e à marginalização das dissidências sexuais e de gênero no contexto universitário. Isso, por sua vez, se relaciona à construção de vínculos, de reconhecimento e de processos de desenvolvimento subjetivo.

Nesse contexto, o modelo teórico construído evidencia que os tecidos sociais protagonizados por pessoas que vivenciam dissidências se configuram como espaços educativos dialógicos que facilitam a emergência das estudantes como agentes e sujeitos de suas próprias experiências. O caráter educativo desses espaços se expressa através da geração de relações dialógicas que valorizam e consideram as expressões singulares do outro, favorecendo a emergência de recursos subjetivos que expressam a ampliação das possibilidades de ação, reflexão e posicionamento das estudantes em relação às dissidências. Nesse sentido, esses grupos têm se mostrado centrais no favorecimento da geração de recursos subjetivos voltados ao desenvolvimento subjetivo dessa população.

Ao mesmo tempo, a ausência do caráter educativo em diversas práticas e espaços relacionais da universidade expressa um desafio importante para o desenvolvimento subjetivo e social da população sexo-gênero-diversa, pois gera resistências à emergência de agentes e sujeitos que possam tensionar a abertura de alternativas à objetificação e à deslegitimação dominantes das dissidências.

O foco na dimensão subjetiva dessas experiências nos permite visibilizar que nenhuma configuração subjetiva, seja individual ou social, representa uma entidade fechada ou imutável. Nesse sentido, considerando a subjetividade, não é pertinente tomar os processos macrosociais como organizações subjetivas cronificadas, de modo a ser um compromisso necessário a construção de estratégias educativas mais amplas, voltadas para a emergência de agentes e sujeitos comprometidos com a desestabilização de configurações sociais que inferiorizam, marginalizam e violentam certos grupos, nos mais diversos espaços que constituem a vida social.

Nossas construções evidenciam que as questões relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade não devem ser entendidas apenas como uma agenda política formal da universidade. O enfrentamento às violências, às exclusões e marginalizações vivenciadas pela população sexo-gênero-diversa não deve se resumir à mera expressão de valores, discursos e normativas alinhadas à inclusão. É necessário endereçarmos as discussões sobre as dissidências de gênero e sexualidade à vida das pessoas e dos grupos e a como eles estão vivendo esses processos.

Diante de um contexto social polarizado e do recrudescimento de discursos antigênero, é crucial que as questões relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade não se restrinjam a uma guerra discursiva, mas se debruçam sobre a qualidade da vivência dessa população em diferentes espaços sociais. A universidade enquanto instituição com um mandato social da educação deve tomar esse compromisso para além do posicionamento em normativas e resoluções, de modo a gerar práticas educativas dialógicas que favoreçam o desenvolvimento de recursos subjetivos da população sexo-gênero-diversa frente aos desafios que emergem nos mais variados espaços da universidade.

Assim, nossas construções possibilitam a abertura de novas zonas de inteligibilidade que indicam a necessidade de retomarmos a construção de comunidades mais dialógicas, em que a pluralidade de experiências é acolhida e não rechaçada, a fim de mobilizar mudanças subjetivas sociais alternativas aos desafios e contradições que emergem na vivência da população sexo-gênero-diversa e de diversas outras populações que vivenciam diferentes formas de opressão social no cotidiano universitário.

REFERÊNCIAS

ALUNA HOMOSSEXUAL É ATACADA. Correio Braziliense. Brasília, 20 fev. 2013. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2013/02/20/ensino_ensinosuperior_interna,350529/aluna-homossexual-e-atacada.shtml. Acesso em: 4/12/2024.

ALVES, Rita; SILVA, Elder. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. *Revista Gênero*, v. 17, n. 1, p. 83-98, 2016. <https://doi.org/10.22409/rg.v17i1.861>

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Traduzido por Marina Appenzeller. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do "sexo"*. São Paulo: n-1 edições, 2019.

CARVALHO, José Jorge de; SEGATO, Rita Laura. Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília. Brasília, DF: Série Antropologia, p. 1-52, 2002. Disponível em: <http://www.dan2.unb.br/images/doc/Serie314empdf.pdf>

COHEN, Cathy. *Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens – The Radical Potential of Queer Politics?* GLQ, v. 3, p. 437-465, 1997. <https://doi.org/10.1215/10642684-3-4-437>

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro. Relacionados, mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, Alexsandro; DALLAPICULA, Catarina; FERREIRA, Sérgio. (Orgs.). *Transposições: Lugares e Fronteiras em Sexualidade e Educação*. Salvador: EDUFBA, p. 173-185, 2015.

CONNELL, Raewyn. *Southern Theory: global dynamics of knowledge in social science*. Polity Press; 1 ed. 2007.

CRUZ, Robson.; ZILLER, Joana.; AMARAL, Julião; NONATO, Poliana; TAVERES, Patrícia. Mapa do invisível: hierarquias sociais e universidade. In: MAYORGA, Claudia. (Org.). *Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.71-91, 2010.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Tradução: Procopio Abreu. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2008.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body: Gender politics and the construction of sexuality*. Nova Iorque: Basic Books, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 75. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 48. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020b.

GONZÁLEZ REY, Fernando. *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Advancing the topics of social reality, culture, and subjectivity from a cultural–historical standpoint: Moments, paths, and contradictions. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, v. 36, n. 3, p. 175-189, 2016. <https://doi.org/10.1037/teo0000045>

GONZÁLEZ REY, Fernando. Subjectivity and discourse: complementary topics for a critical psychology. *Culture & Psychology*, v. 25, n. 2, p. 178-194, 2018. <https://doi.org/10.1177/1354067X18754338>

GONZÁLEZ REY, Fernando. Subjectivity as a New Theoretical, Epistemological, and Methodological Pathway Within Cultural-Historical Psychology. In: GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GOULART, Daniel. (Orgs.). *Subjectivity within cultural-historical approach: theory, methodology and research*. Singapore: Springer, p. 21-36, 2019a.

GONZÁLEZ REY, Fernando. Methodological and Epistemological Demands in advancing the study of subjectivity. *Culture & Psychology*, v. 26, n. 3, p. 562-577, 2019b. <https://doi.org/10.1177/1354067X19888185>

GONZÁLEZ REY, Fernando. A Epistemologia Qualitativa vinte anos depois. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando; PUENTES, Roberto (Orgs.). *Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade: Discussões sobre Educação e Saúde*. Uberlândia: EDUFU, v. 7, p. 21-46, 2019c.

GONZÁLEZ REY, Fernando. The topic of subjectivity in psychology: contradictions, paths, and new alternatives. In: GOULART, Daniel; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; ADAMS, Megan. (Orgs.). *Theory of subjectivity from a cultural-historical standpoint: González Rey's legacy*. Cingapura: Springer, p. 37-58, 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando. La subjetividad en psicología: su importancia para una psicología crítica. In: OSORIO, Jorge.; BRAVO, Omar. (Orgs.). *Caminando por las veredas de la psicología*. Cali: Universidad ICESI, p. 29-46, 2022.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. *Subjetividade: teoria, epistemologia e método*. Campinas: Alínea, 2017.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. The Constructive-Interpretative Methodological Approach: Orienting Research and Practice on the Basis of Subjectivity. In: GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GOULART, Daniel. (Orgs.). *Subjectivity within cultural-historical approach: theory, methodology and research*. Singapore: Springer, p. 37-60, 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; ROSSATO, Maristela; GOULART, Daniel. The Relevance of the Concept of Subjective Configuration in Discussing Human Development. In: FLEER, Marilyn; GONZÁLEZ REY, Fernando; VERESOV, Nikolai. (Orgs.). *Perspectives in Cultural-Historical Research*. New York: Springer Singapore, v. 1, p. 217-243, 2017.

GOULART, Daniel. Saúde Mental, Práticas Profissionais e Pesquisas em Diferentes Contextos: reflexões a partir da Teoria da Subjetividade. In: MARTÍNEZ, Albertina; PUENTES, Roberto; ROSSATO, Maristela; TACCA, Maria Carmen (orgs.). *Teoria da Subjetividade e Epistemologia Qualitativa: práticas profissionais e pesquisas*. Campinas: Alínea, 2024.

GOULART, Daniel.; GONZÁLEZ REY, Fernando. Cultura, educación y salud: una propuesta de articulación teórica desde la perspectiva de la subjetividad. *Revista Epistemología, Psicología y Ciencias Sociales*, v. 1, p. 17-32, 2016. Disponível em: https://fernandogonzalezrey.com/images/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Saude e Subjetividad/Artigo_Daniel_FGR_2016.pdf

GONÇALVES, Cristiane; LIONÇO, Tatiana. Temas perigosos para educação: juventudes, instituições de ensino, gênero, sexualidades. *Revista Inter-Ação*, v. 44, n. 1, p. 180-195, 2019. <https://doi.org/10.5216/ia.v44i1.48959>

HARAWAY, Donna. *Crystals, fabrics, and fields: metaphors that shape embryos*. Berkeley: North Atlantic Books, 2004.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: educação como prática da liberdade*. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, bell. *Ensinando Pensamento Crítico: sabedoria prática*. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2020.

HOOKS, bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. Trad. Kenia Cardoso. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021.

JESUS, Jaqueline; ALVES, Hailey. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, [S. l.], v. 11, n. 2, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/cronos/article/view/2150>. Acesso em: 2 set. 2024.

JUNQUEIRA, Rogério. Pedagogia do Armário. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013. <https://doi.org/10.22420/rde.v7i13.320>

JUNQUEIRA, Rogério. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, Paula Regina; MAGALHÃES, Joanalira. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 25-52, 2017.

JUNQUEIRA, Rogério. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 449-502, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300004

KRAFFT-EBING, Richard von. *Psychopathia Sexualis: Eine Klinisch-Forensische Studie*. Leipzig: Franz Deuticke, 1886.

LIONÇO, Tatiana; TAVIRA, Láris; BAÉRE, Felipe; PORTELA, Raquel. Escuta Diversa: Análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da UNB. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade, 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero. *Fundamentos e Violências: “O que temos feito de nós?”*. Vitória: UFES, 2016.

LOURO, Guacira. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

MATTOS, Amana; CIDADE, Maria Luiza. Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 132–153, 2016. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. Subjetividade Social: Desafios de um Conceito. In: MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; VALDÉS-PUENTES, Roberto; TACCA, Maria Carmen. *Teoria da Subjetividade: discussões teóricas e metodológicas*. Campinas: Alínea, p. 47-66, 2020.

MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina; GONZÁLEZ REY, Fernando. *Psicologia, Educação e Aprendizagem Escolar: avançando na contribuição da leitura cultural-histórica*. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

NARDI, Henrique; MACHADO, Paula; MACHADO, Frederico; ZENEVICH, Letícia. O “armário” da Universidade: O silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Revista Teoria e Sociedade*, v. 21, n. 2, p. 179-200, 2013. Disponível em: <https://teoriaesociedade.fafich.ufmg.br/index.php/rts/article/view/87/71>

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10)*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11)*. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2019.

PENNA, Fernando. “Escola sem Partido” como ameaça à educação democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita. (Orgs.). *Golpes na história e na escola: o Brasil e a América Latina nos séculos XX e XXI*. São Paulo: Cortez, p. 247-260, 2017.

PELÚCIO, Larissa. Breve história afetiva de uma teoria deslocada. *Revista Florestan*, São Carlos, v. 1, n. 2, p. 26-45, 2014. Disponível em: http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/63/pdf_24

PRADO, Marco Aurélio; CORREA, Sonia. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 444-448, São Paulo, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300003&lng=pt&nrm=iso

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, v. 4, n. 05, p. 17-44, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>

SANTOS, Boaventura. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002. <https://doi.org/10.4000/rccs.1285>

STRYKER, Susan. Transgender history, homonormativity, and disciplinarity. *Radical History Review*, (100), p. 145-157, 2008. <https://doi.org/10.1215/01636545-2007-026>

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato da Reitoria nº 0488/2013*. Brasília, DF: UnB, 2013. Disponível em: <https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/dpr/estruturaorganizacional/unidadesadministrativas/DIR.-DIV---DAC-ATO-0488.2013.pdf>. Acesso em: 20/1/2025.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. *Ato do Decanato de Assuntos Comunitários nº 04/2021*. Brasília, DF: UnB, 2021. Disponível em: https://dasu.unb.br/images/Institucional/SEI_UnB_-_6253625_-_Ato.pdf. Acesso em: 20/1/2025.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>

WARNER, Michael. *Fear of a queer planet*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

- 1- Natália Neiva – Escrita da Primeira versão, Conceituação, Metodologia, Investigação, Curadoria de Dados.
- 2- Daniel Goulart – Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Revisão e Edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Eu, Natália Neiva Milhomens e eu, Daniel Magalhães Goulart, coautores responsáveis pela submissão do manuscrito intitulado “DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A SUBJETIVIDADE SOCIAL EM FOCO”, declaramos que:

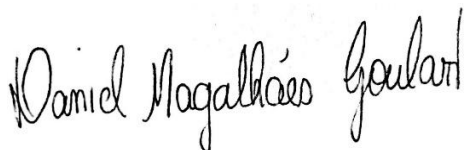
() POSSUÍMOS; (X) NÃO POSSUÍMOS Conflito de Interesses de ordem,

- (X) pessoal;
- (X) comercial;
- (X) acadêmico;
- (X) político;
- (X) financeiro do manuscrito.

Autores:



Natália Neiva Milhomens



Daniel Magalhães Goulart

Brasília, 28 de fevereiro de 2025.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.